

NEGROS DO GUAPORÉ

O SISTEMA ESCRAVISTA E AS TERRITORIALIDADES ESPECÍFICAS

EMMANUEL DE ALMEIDA FARIAS JÚNIOR

RESUMO *Os territórios negros do Guaporé são constituídos a partir de distintos processos de territorialização. Tais processos remetem à denominada “situação colonial” e à ação “bandeirante” nos confins do sertão, na busca de riquezas. Rebeldias, fugas, doenças e esgotamento das lavras de ouro constituem condições para a formação de quilombos no Guaporé. Os quilombos foram duramente perseguidos pelo governo provincial de Mato Grosso, com o esgotamento das lavras e as doenças, os senhores de escravos fugiram do Guaporé, abandonando a escravaria à própria sorte. Livres, os fugitivos e os não fugitivos passaram a povoar o vale do Guaporé e a constituir unidades familiares autônomas. Com o advento das novas frentes de expansão, os territórios passaram a ser novamente ameaçados: primeiro os seringueiros, depois os pecuaristas e o próprio Estado. É nesse contexto que se insere o povoado quilombola do Forte Príncipe da Beira.*

PALAVRAS-CHAVE *Quilombolas; conflito territorial; rio Guaporé; Amazônia.*

ABSTRACT *The black territories of Guaporé were established by distinct processes of territorialization. Such processes can be connected to the so called “colonial situation” and the pioneer expansion of the countries border in the search for wealth. Rebellions, runaways, illnesses and mines exhaustion constitute conditions for the formation of quilombos (maroon communities) in the Guaporé. Before that fugitive slaves and free black population living in the quilombos were severely persecuted by the provincial government of Mato Grosso State. After the abandon of the area by slave owners, the fugitive slaves and those slaves who were not fugitives began to populate the Guaporé valley and to establish autonomous family units. More recently, as a result of a new frontier expansion, these territories began to be threatened once again: first by the rubber plantation owners, then by the cattle farmers and the State itself. It is within this context in which the quilombola village of Forte Príncipe da Beira is found.*

KEY WORDS *Quilombolas; territorial conflict; Guaporé River; Amazon Region.*

O TRATO ESCRAVISTA E O AQUILOMBAMENTO NO VALE DO GUAPORÉ

A ação “bandeirante” percorreu o sertão na busca de riquezas variadas e terras, expandindo assim o território de domínio português. Algumas empresas buscavam as chamadas “drogas do sertão”, outras buscavam pedras preciosas e ouro. Em todos os casos, observa-se a mesma prática: extermínio dos indígenas, utilização da força de trabalho escrava e saque dos recursos naturais.

Segundo Teixeira, “a posse portuguesa do Vale do Guaporé foi confirmada com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750. Entretanto, as páreas de exploração aurífera já vinham sendo trabalhadas desde a década de 1730 pelos mineiros de Cuiabá e São Paulo” (2004, p. 67). Ainda segundo o autor, foi a decadência da produção aurífera da região de Cuiabá que possibilitou a expansão das áreas mineráveis para o vale do Guaporé.

A ampliação da colônia portuguesa vai se consolidando, quando em 1748 foi criada a província de Mato Grosso, desmembrada de São Paulo. No mesmo ano, foi criada também a província do Amazonas, separando-se do Pará. O primeiro capitão-general da capitania de Mato Grosso foi dom Antônio Rolim de Moura. Visando à consolidação da nova capitania, foi fundada, em 1752, Vila Bela¹ na margem do rio Guaporé, segundo o ato de instalação:

Juntos os bons e povo destas minas, em dia de São José, de tarde, em uma casa que se armou, coberta de toldos, no lugar da praça, se fez o ato da ereção da vila, levantando-se também pelourinho, abrindo-se o primeiro pelouro, dando-se posse aos vereadores e aos oficiais da milícia (Anal de Vila Bela desde o primeiro descobrimento do sertão do Mato Grosso no ano de 1734, apud AMADO e ANZAI, 2006, p. 51).

¹ A região de Vila Bela constitui-se de terras baixas, vastas planícies, que “se estende desde a encosta do encarpamento da chapada dos Parecis até os primeiros contrafortes dos Andes, em áreas bolivianas” (GUERRA, 1953, p. 202).

A leitura dos anais de Vila Bela e os registros de bandeiras e expedições de captura e punitivas evidenciam o vale do Guaporé como uma região escravocrata. A “febre do ouro” e de pedras preciosas deslocou para o sertão os chamados “bandeirantes”, vassallos da Coroa portuguesa. Para a lida nas lavras faisqueiras e minas, foi trazida a força de trabalho escrava negra.

Os registros referidos à movimentação dessa força de trabalho escrava podem ser consultados na compilação elaborada por Janaína Amado e Leny Caseli Anzai (2006), dos *Anais de Vila Bela*, referente aos anos de 1734 a 1789. Nesses registros podem ser constatadas dezenas de passagens sobre os escravos negros e povos indígenas na região de Vila Bela.

As faisqueiras² e as minas de ouro movimentaram as fronteiras do sertão rumo à foz do rio Guaporé. Juntamente com a exploração do ouro, os “bandeirantes” fundaram cidades e fortalezas com a força de trabalho escrava.

Os escravos negros estavam localizados em todos os níveis da vida econômica, eram mineradores, lidavam com as criações de gado bovino e nas pequenas iniciativas agrícolas. Realizavam, ainda, trabalhos relacionados à coleta das chamadas “drogas do sertão”, à caça e à pesca.

Uma série de iniciativas do governo dinástico português garantiu a colonização e efetiva consolidação das fronteiras à Oeste. Tais iniciativas da administração colonial consistiam desde o abastecimento com gêneros manufaturados ao perdão de dívidas devido à compra de escravos negros, como evidencia o *Anal de Vila Bela* de 1759:

Socorreu Deus a este povo com novos meios para comprar o necessário, porque chegou da Corte uma mercê real, pela qual o nosso benigníssimo rei houve por perdoado ao povo do distrito desta vila o tributo das captações dos escravos, forros e ofícios, por tempo de dez anos; e outra mercê, o indulto pelo mesmo tempo, para que nenhuma pessoa deste distrito possa ser executada por dívidas contraídas fora dele

² Locais com fragmentos de ouro.

(*Anal de Vila Bela do ano de 1759*, apud AMADO e ANZAI, 2006, p. 72).

A escravidão negra no vale do Guaporé não se restringia à vida econômica. Os escravos negros foram utilizados em forças militares, a fim de guerrear contra os vizinhos castelhanos, que também disputavam os territórios de fronteira.

Dessa forma, o ofício datado de 31 de maio de 1763, enviado pelo governador da capitania de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura Tavares, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, narrou o ataque castelhano no rio Guaporé, ocorrido no dia 14 de abril de 1763. Assim, de acordo com a notícia de 1771, em 24 de abril do mesmo ano se formou a Companhia dos Pardos, Índios e Pretos.

Para além dos relatos de conflitos envolvendo portugueses e espanhóis, são também diversos os relatos de fugas de escravos negros para o interior das matas e dos rios, formando quilombos, criando novas formas de sociabilidades. São diversas, também, as bandeiras e expedições punitivas enviadas para combater e destruir os quilombos.

A fuga não foi a única estratégia de resistência à escravidão. No vale do Guaporé, registra-se também o assassinato de donos de escravos. Para exemplificar tais processos sociais de resistência, podemos nos referir ao ofício datado de 5 de abril de 1773, assinado pelo governador da capitania de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, comunicando o assassinato de Manoel José Pinto pelos seus escravos.

Os quilombos estavam localizados tanto do lado português, quanto do lado castelhano. São inúmeros os esforços dos administradores coloniais para que os representantes da Coroa de Castela restituíssem os escravos que se encontravam em território espanhol. Tais iniciativas administrativas estão explicitadas no ofício datado de 5 de setembro de 1754.

Segundo o levantamento de fontes documentais, pude coligir ofícios trocados entre agentes coloniais da Coroa portuguesa, como também com espanhóis. Tais ofícios referem-se aos seguintes anos: 1769, 1773, 1777, 1778, 1781, 1782, 1789, 1791 e 1793. Tal levantamento foi realizado no bando de dados do Projeto Resgate/Centro de Memória Digital–UnB. Todos relatam fugas de escravos para os domínios espanhóis.

A fuga de escravos e a formação de quilombos preocupavam os administradores coloniais de Vila Bela. A fuga para os domínios castelhanos dificultava a recaptura e impedia a realização de expedições punitivas. Dessa forma, em 20 de dezembro de 1777, oficiais da Câmara de Vila Bela escreveram à rainha dona Maria para que ela intercedesse junto aos castelhanos a recaptura dos escravos fugidos, quando estes estivessem em seus domínios, no qual poderiam ser presos e remetidos, ou então, os proprietários tivessem liberdade e passaporte para persegui-los seja em domínio luso ou castelhano.

O combate aos quilombos está relatado em diários de expedições punitivas e bandeiras. O ofício datado de 5 de novembro do mesmo ano, do governador da capitania de Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho, noticia a “inteira destruição de hum grande quilombo de negros, que desde o princípio desta capitania se tinha formado”, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Esse quilombo era o do Piolho. Tal descrição possibilita vistas sobre a organização social do quilombo e seus modos de vida.

De acordo com o *Anal de Vila Bela* de 1770, em 27 de junho partiu a Companhia especificamente montada para atacar o quilombo do Piolho. Segundo notícias, esse quilombo localizava-se nas proximidades do rio Galera, afluente do rio Guaporé. No dia 22 chegaram ao quilombo e abriram fogo, a maioria dos quilombolas conseguiu fugir do ataque. De acordo com o referido documento, as unidades residenciais do quilombo estavam dispersas umas das outras em diferentes partes:

Seguindo os soldados as trilhas, foram abalroando em várias malocas daqueles inimigos, dos quais alguns se puseram em resistência, de forma que os soldados, em sua necessária defesa, se viram obrigados a fazerem-lhe tiro para salvarem as suas vidas. Sendo os encontros muitos, e muitas as resistências, não houve da nossa parte perigo algum de vida. Da parte daqueles infiéis morreram a tiro nove, dos quais foram apresentadas ao Senado 18 orelhas (*Anal de Vila Bela do ano de 1770*, apud AMADO e ANZAI, 2006, p. 139).

As narrativas sobre a destruição do quilombo explicitam requinte de crueldades. A ordem dessa Companhia era para destruir o quilombo. Quanto aos mortos, cortavam-lhes suas orelhas. Os sobreviventes eram reintegrados ao sistema escravista e ao trabalho nas minas de ouro e diamante. Segundo, ainda, o referido documento, as estatísticas da destruição são as seguintes:

Compunha-se esse quilombo de 69 pessoas de gentio Guiné, entre machos e fêmeas, dos quais vieram acorrentados e presos 41, e nove mortos; perfazem cinquenta; e os 37 que faltam, para o total de escravos, ficaram desarvorados pelos matos. Achavam-se no mesmo quilombo trinta e tantas índias, que os tais negros tinham apanhado no sertão, onde matavam os machos e traziam as fêmeas para delas usar como de mulheres próprias (*Anal de Vila Bela do ano de 1770*, apud AMADO e ANZAI, 2006, p. 139).

De acordo com essa fonte, o quilombo do Piolho tinha rei e rainha. O rei tinha falecido. A rainha, seu nome era Tereza, da nação Benguela, tinha sido escrava do capitão Timóteo Pereira Gomes. Tereza reinava soberana no quilombo, com firmeza e rigor. De acordo com a fonte histórica, a rainha Tereza,

governava esse quilombo a modo de parlamento, tendo para o conselho uma casa destinada, para a qual, em dias

assinalados de todas as semanas, entravam os deputados, sendo o de maior autoridade, tido por conselheiro, José Piolho, escravo da herança do defunto Antônio Pacheco de Morais. Isso faziam, tanto que eram chamados pela rainha, que era a que presidia e que naquele negral Senado se assentava, e se executavam à risca, sem apelação nem agravo (*Anal de Vila Bela do ano de 1770*, apud AMADO e ANZAI, 2006, p. 140).

A imagem retratada de Piolho era de certa forma mística, portadora de mistérios e mandingas. Segundo o *Anal de 1770*, José Piolho tinha sido rei em um quilombo que foi destruído no Rio de Janeiro. “Este era fiado nas mandingas com que o diabo o trouxe sempre enganado, foi um dos que resistiu, isso depois de algumas ciladas que fez aos soldados. Por isso, acabou a vida diabolicamente: a violência de um tiro que lhe empregaram no corpo” (*Anal de Vila Bela do ano de 1770*, apud AMADO e ANZAI, 2006, p. 140).

A rainha Tereza ordenou que os quilombolas pegassem em armas, para resistir ao ataque. “Alguns de seus súditos assim o fizeram, acudindo à voz e pegando em armas; mas não puderam usar delas pela força que viram contra si” (*Anal de Vila Bela do ano de 1770*, apud AMADO e ANZAI, 2006, p. 140). Dessa forma se refugiaram no mato, a rainha Tereza foi conduzida por José Cavalo, capitão-mor do quilombo “entre os mais tidos por mais valoroso” (*Anal de Vila Bela do ano de 1770*, apud AMADO e ANZAI, 2006, p. 140). Os negros e índios do quilombo estavam armados, uns com armas de fogo, outros com arcos e flechas.

As roupas eram fabricadas no próprio quilombo, no qual havia duas tendas de ferreiro, onde consertavam suas ferramentas. Do quilombo estabelecido provinha também todo o alimento necessário para a alimentação e provavelmente para a comercialização em circuitos locais, como observa anos mais tarde Francisco Pedro de Mello em 1795.

Durante o ataque de 1770, a rainha Tereza foi capturada,

posta aí em prisão, pá vista de todos aqueles a quem governou naquele reino, lhe diziam estas palavras injuriosas, de forma que, envergonhada, se pôs muda ou, para melhor dizer, amuada. Em poucos dias expirou de pasmo. Morta ela, se lhe cortou a cabeça e se pôs no meio da praça daquele quilombo, em um alto poste, onde ficou para memória e exemplo dos que a vissem (*Anal de Vila Bela do ano de 1770*, apud AMADO e ANZAI, 2006, p. 140).

Os quilombolas que conseguiram fugir ao ataque reconstruíram o quilombo. Tanto que o quilombo do Piolho foi novamente atacado em 1795, conforme notícia o ofício datado de 30 de dezembro de 1795. Tal ofício dava conta da Diligência comandada pelo alferes da Companhia de Dragões, Francisco Pedro de Mello, comandante da povoação de Casalvasco, da destruição do quilombo do Piolho e da continuidade do trabalho de localização de outros quilombos.

Roquette-Pinto (1917) transcreve o “Diário da Diligência” ordenada pelo governador da capitania de Mato Grosso, João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, em 1795. De acordo com o referido diário, a fuga de escravos e a formação de quilombos ainda incomodavam o governo colonial, marcado pela decadência das minas de ouro.

Segundo João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, “além da decadência actual das minas de Matto Grosso, experimentam os mineiros, e mais moradores desta Capitania a perda, e damno da fuga de muitos escravos que tranquilamente existiam aquilombados” (apud ROQUETTE-PINTO, 1917, p. 9).

De acordo com o “Diário da Diligência”, saiu a bandeira no dia 7 de maio de 1795. Os bandeirantes escolheram, como ponto de partida, áreas já conhecidas como refúgio de quilombolas. Como, por exemplo, o antigo quilombo do Piolho.

No dia 19 de junho, a bandeira chegou à área do antigo quilombo do Piolho, com 39 homens armados, seguiram os

rastros e encontraram 3 índios, 1 negro e 1 “caboré”, designação utilizada para classificar filhos de negros e índios. Um indígena conseguiu escapar e avisou os outros no quilombo. Nesse dia foram capturados 3 negros e mais 32 pessoas, entre índios e “caborés”. Segundo informações faltavam ainda 16 pessoas do quilombo.

A bandeira perseguiu os quilombolas fugidos por todos os córregos e esconderijos nas proximidades, capturou no total 54 quilombolas. De acordo com o comandante da bandeira, o alferes da Companhia de Dragões Francisco Pedro de Mello,

o Quilombo do Piolho que deu este nome ao rio em que está situado, foi atacado e destruído haverá 25 annos, pelo Sargento-Mór João Leme do Prado, onde aprehendeu numerosa escravatura, ficando naquella lugar, ainda muitos escravos escondidos pelos mattos, que pela auzenciad’aquella Bandeira se tornaram a estabelecer nas vezinhanças do antigo lugar.

Destes escravos novamente aquilombados morreram muitos, huns de velhice e outros ás mãos do gentio Cabixês, com quem tinham continuada guerra, afim de lhe furtarem as mulheres, das quaes houveram, os filhos Caborés, que mostra a relação.

Destes escravos só se acharam seis vivos prezenemente, os quaes eram os regentes, padres, medicos, pais e avós do pequeno povo que formava o actual Quilombo, situado em hum bellissimo terreno muito superior, tanto na qualidade das terras, como nas altas e frondosas mattarias, as excellentes, e actualmente cultivadas margens dos rios Galera, Sararé e Guaporé: abundante de caça, e o rio de muito peixe, cujo rio é da mesma grandeza do Rio Branco.

A Bandeira achou no Quilombo grandes plantações de milho, feijão, favas, mandiocas, manduin, batatas, caraz, e outras raizes, assim como muitas bananas, ananazes, abobras, fumo, gallinhas e algodão de que faziam panos grossos e fortíssimos com que se cobriam (apud ROQUETTE-PINTO, 1917, p. 14).

A bandeira avança, encontra outros quilombos e outras paragens antigas de quilombolas. A leitura do diário vai evidenciando as relações sociais adstritas ao quilombo, este como um espaço multicultural e autônomo em relação aos centros urbanos. Contudo, não se tratava de espaços isolados. Mantinham constante relação com os povos indígenas da região, seja através de alianças políticas, seja através do rapto de mulheres.

Os quilombos continuaram a ser duramente combatidos, ao passo que aumentavam as adesões às ideias de fuga pelos escravos cativos. Os quilombolas que se arriscavam a negociar nos centros urbanos exerciam um papel social de guias para os novos fugitivos. Como observou o alferes da Companhia de Dragões Francisco Pedro de Mello, os quilombolas que vinham negociar na vila, “vinham não só a comprar, o que necessitavam, mais a convidar para fuga, e para o seu Quilombo outros alheios” (apud ROQUETTE-PINTO, 1917, p. 16).

Tais relações com os centros urbanos próximos aos quilombos já foram mostradas antes. Tavares Bastos (1866) viajou pela Amazônia na segunda metade do século XIX, 1863-1864 (a fim de realizar um estudo sobre o comércio e a navegação na região); nessa viagem observa que os “mocambeiros” do rio Trombetas e afluentes vendiam seus produtos agrícolas e extrativos para “regatões”, como também às escondidas no porto da cidade de Óbidos. Tais descrições rompem com noção de isolamento geográfico dos quilombos.

De acordo com Teixeira (2004), as péssimas condições de saúde e trabalho nas minas levavam ao rápido esgotamento dos trabalhadores, o que demandava um maior fluxo de escravos. A mineração como forma de atração dos interesses do governo colonial durou até final do século XVIII. Segundo o autor, “ao longo do século XIX a mineração ainda era praticada, de forma quase doméstica pelos habitantes da região” (TEIXEIRA, 2004, p. 88).

Assim, segundo o jornalista Matias Mendes, “senhores de escravos, muitos deles empobrecidos pela escassez do minério aurífero, retornaram às regiões litorâneas [...] alguns até abandonando seus escravos na região inóspita” (1999, p. 83).

A SITUAÇÃO COLONIAL E OS PROCESSOS DIFERENCIADOS DE TERRITORIALIZAÇÃO

Para analisar os dados apresentados, aproximo-me da noção de *situação colonial* de Balandier (1993). Para o autor, a *situação colonial* é uma ação administrativa protagonizada por agentes externos, colonizadores e colonizados. A colonização cria condições para a formação de sociedades heterogêneas, existindo no seu interior tensões e conflitos. As colônias constituem assim *sociedades plurais*.

A *situação colonial* cria novos modos e agrupamentos sociais. Segundo Balandier, alguns “historiadores da colonização e antropólogos consideram a ação administrativa como uma das causas principais de transformação” social e econômica (1993, p. 113). Assim, a dominação política segue juntamente com a dominação cultural, os recortes administrativos “conduziram à fragmentação de importantes etnias, à quebra de unidades políticas de alguma envergadura ou à constituição de reagrupamentos artificiais” (BALANDIER, 1993, p. 114).

Citando Chancelè (1949), “La question coloniale”, Balandier compreende a colonização como uma espécie de *cirurgia social*, ao analisar o *modus operandi* da administração dinástica colonial. Essa operação social ocasionou o “deslocamento de populações e criação de ‘reservas’”. Modificações do modo de povoamento, transformação do direito tradicional e das relações de autoridade” (BALANDIER, 1993, p. 108).

Essa *presença colonial*, segundo Oliveira, “instaura uma nova relação da sociedade com o território. Deflagrando transformações em múltiplos níveis de sua existência sociocultural” (1999, p. 20). Para analisar o problema da colonização e a relação

entre colonizadores e colonizados, o autor utiliza a noção de *territorialização*, de abrangência mais ampla que a noção de *situação colonial*. Segundo o autor,

o processo de territorialização é precisamente o movimento pelo qual um objeto político-organizativo [...] vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso) (OLIVEIRA, 1999, p. 21).

Os agentes sociais quilombolas foram objetos de políticas administrativas coloniais que os tornaram escravos, para em seguida serem vendidos a particulares e governos. A fuga, o suicídio, o assassinato de donos de escravos e a resistência e autonomia, mesmo que dentro das casas-grandes, são a antítese. O quilombo é a síntese, ou seja, tal possibilidade é uma possível resposta ao sistema escravocrata.

A política de ocupação e exploração econômica incentivada pela Coroa portuguesa resultou na formação de vários povoados com agentes sociais vindos de regiões distintas. Indígenas e escravos negros, fugidos ou não, passaram a estabelecer relações sociais de conflito e alianças. Não é raro situações de povoados negros formados a partir do rapto de mulheres de aldeias indígenas da região.

O *processo de territorialização* foi resultado das políticas coloniais, em que posso citar: a exploração das lavras de ouro e a fortificação fronteiriça, mais tarde a exploração gomífera. Tais processos econômicos e geopolíticos são responsáveis pela formação de novas coletividades e pelo espraiamento de territórios etnicamente configurados.

Quilombolas e indígenas têm reivindicado identidades étnicas distintas numa mesma região geográfica. Tais *formas organizativas* consolidaram *fronteiras sociais*. Tais fronteiras passam a distinguir os agentes sociais.

Os grupos étnicos, segundo Barth (2000), são formas organizacionais. Assim, deve-se “enfocar aquilo que é socialmente efetivo, os grupos étnicos passam a ser vistos como uma forma de organização social” (BARTH, 2000, p. 31). Os grupos passam a ser analisados segundo suas fronteiras sociais e não por traços de cultura, traços biológicos, ou pelo determinismo geográfico.

A mobilização em torno da identidade étnica, de acordo com Barth (2000), não está relacionada a fronteiras geográficas, e sim a fronteiras sociais, podendo ser acionados elementos de cultura, como traços diacríticos, rompendo dessa forma com o determinismo geográfico.

Os processos diferenciados de territorialização convergiram para territorialidades específicas, que, segundo Almeida, são

delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados [...], que podem ser consideradas, portanto, como resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território (2006, p. 25).

Do mesmo modo, as fugas, a destruição de quilombos e a sua reorganização, o abandono dos escravos à própria sorte constituem dinâmicas sociais de territorialização. Tais processos diferenciados de territorialização ocasionaram a constituição de quilombos antes e depois da Abolição.

Para mencionar os quilombolas do Forte Príncipe da Beira, localizados na margem direita do rio Guaporé, divisa com a Bolívia, esse povoado foi formado a partir de ex-escravos que trabalharam na construção do Forte Príncipe da Beira, a partir de 1776, de ex-escravos que escaparam à destruição dos quilombos do Piolho, Joaquim Teles, Mutuca e muitos outros, ainda por ex-escravos do lado castelhano.³

3 Cf. Incra/SR-17, Relatório técnico de identificação e reconhecimento da comunidade de Santo Antônio. Porto Velho, 2005.

A EMPRESA EXTRATIVISTA NO VALE DO GUAPORÉ

O engenheiro Manoel Esperidião da Costa Marques (1908) chama a atenção para os conflitos existentes no rio Guaporé entre brasileiros e bolivianos pelo domínio e uso dos seringais.

No início do século XX, empresas extrativistas se estabelecem no Guaporé. O decreto n. 9.385, de 21 de fevereiro de 1912, concede autorização à Guaporé Rubber Company a atuar no Brasil. A Guaporé Rubber Company era uma sociedade anônima, com sede em Portland, Estados Unidos da América do Norte.

Costa Marques descreve os modos de vida dos habitantes do Guaporé, como tendo maior influência boliviana. A língua, os costumes e o dinheiro que circulavam eram bolivianos. A situação de fronteira possibilitou uma troca intensiva de hábitos e costumes.

Só se fala o portuguez no barracão do Sr. Balbino Antunes Maciel, ou melhor, só fala o portuguez a sua família, porque os empregados geralmente falam o castelhano. Nas barracas de outros brasileiros fala-se o portuguez mesclado com o castelhano (COSTA MARQUES, 1908, p. 9).

Os brasileiros trabalhavam em seringais tanto do lado brasileiro, quanto do lado boliviano. A “indústria da população do valle do Guaporé é exclusivamente a extração de seringa ou gomma elastica” (COSTA MARQUES, 1908, p. 12). A venda da produção era feita diretamente nos barracões distribuídos pelo rio Guaporé. Os chamados mascates também circulavam pelo rio Guaporé, negociando a altos preços, conforme o autor.

Diversos barracões estão diretamente referidos às antigas povoações quilombolas no Guaporé, como, por exemplo, Pedras Negras e Santo Antônio; era nas proximidades dessa última que se localizava o barracão de Balbino Antunes Maciel. Segundo o jornalista Matias Mendes (1999), Balbino Maciel era um homem

negro que conseguiu se firmar como grande dono de terras e seringais, o que evidencia certa autonomia econômica dos negros no Guaporé.

Os conflitos no rio Guaporé não eram mais pelo estabelecimento de fronteiras ou pelas minas de ouro, era pelo direito de exploração dos seringais. Segundo Costa Marques, os seringais começaram a ser explorados pelos brasileiros em 1877, sejam os do lado brasileiro, sejam os do lado boliviano.

A primeira lei boliviana sobre a exploração dos seringais apareceu em 1895, “obrigando os possuidores a pagar seis bolivianos por cada estrada” (COSTA MARQUES, 1908, p. 16), dentro do território boliviano. O governo boliviano estabelece também a Aduana Nacional del Itenez (nome do rio Guaporé para os espanhóis).

São inúmeros os conflitos armados e assassinatos em decorrência da disputa pelo controle da exploração dos seringais. Costa Marques relata:

Quando cheguei, em dezembro, ao barracão do Sr. Militão Fernandes leite, que ali exercia o cargo de subdelegado, encontrei, no porto, mais de sessenta pessoas, entre homens, mulheres e crianças, que vinham se refugiar em casa dessa autoridade brasileira contra as perseguições da família Tolédo – que desde 1904 persegue a Aurelio Penã e Rodolpho Justiniano por causa de seringais, movendo também guerra injusta contra todos, bolivianos e brasileiros, que ocupam seringais na margem boliviana (1908, p. 15).

O trabalho na extração da borracha, poalha⁴ e balata, perduraram até a metade do século XX. De acordo com dona Mafalda da Silva Gomes, 57 anos,⁵ quilombola da comunidade de Santa Fé, sua família “ia para o seringal trabalhar, inclusive na Bolívia”. Segundo a entrevistada, sua família trabalhava com castanha, seringa e poalha.

Dona Mafalda nasceu na comunidade quilombola de Laranjeiras, fronteira com o estado de Mato Grosso. O seu filho, o senhor Sebastião, é presidente da Associação Quilombola de

4 Cf. Correa Filho (1949). A poalha tinha utilização medicinal, é um arbusto comum nas matas litorâneas e nos vales do Paraguai e Guaporé. A extração da poalha, com a profunda decadência das lavras de ouro e diamantes, passou a ser uma alternativa econômica para os antigos mineiros. Segundo o autor, o viajante naturalista Carl Friedrich Philipp von Martius, em abril de 1818, observou que a extração da poalha era realizada logo depois do período das chuvas por indígenas e “negros escravos dos fazendeiros das vizinhanças”.

5 Depoimento cedido na oficina de mapas durante os dias 11 e 12 de setembro de 2009, na comunidade quilombola de Santa Fé, Costa Marques, Rondônia. A realização dessa oficina resultou na publicação do fascículo intitulado *Comunidade Quilombola de Santa Fé do Guaporé* pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2010.

6 Depoimento cedido na oficina de mapas durante os dias 11 e 12 de setembro de 2009, na comunidade quilombola de Santa Fé, Costa Marques, Rondônia.

Santa Fé, comunidade de Santa Fé, localizada no município de Costa Marques, Rondônia. Segundo o senhor Sebastião,⁶ quando ele nasceu, seus pais trabalhavam nos seringais dentro da Bolívia, sendo o espanhol a sua primeira língua.

O processo de exploração dos seringais do vale do Guaporé ocasionou novos *processos de territorialização*, consolidando dinâmicas sociais de autonomia econômica e territorial das comunidades quilombolas do vale do Guaporé. Tal relação foi abalada com o avanço de novas fronteiras econômicas (agrícolas e pecuárias) já no recém-criado Território Federal do Guaporé, desmembrado do estado do Amazonas e de Mato Grosso em 13 de setembro de 1943, mudando de nome para Território Federal de Rondônia em 1956, em homenagem à Cândido Mariano da Silva Rondon.

Posso dizer que os *processos de territorialização* que envolveram indígenas e quilombolas resultaram em uma pluralidade de *territorialidades específicas*. A exploração dos seringais, segundo relata Costa Marques (1908), esteve diretamente em conflito com os diversos povos indígenas da região. O relato mais notável é o conflito entre indígenas Waniam/Miqueleno e os proprietários da casa Maciel & C.

De acordo com Jocinaldo Cardoso Miqueleno, liderança indígena, em documento encaminhado à Funai, “o povo Miqueleno que se autodenomina Waniam tem uma população de aproximadamente 200 pessoas, pertence à família Txapacura”.⁷

O povo Waniam foi designado genericamente de Miqueleno por habitar tradicionalmente o rio São Miguel, onde existiam numerosos aldeamentos, o que levou viajantes, seringalistas e exploradores a denominá-los de miguelenses ou miguelinhos.

Segundo Costa Marques, em 1882 Estevam Antunes Maciel, irmão de Balbino Maciel, um dos sócios da Maciel & Companhia, realizou uma viagem ao rio São Miguel. Nessa viagem encontrou numerosos aldeamentos. Estevam Maciel marcou então uma segunda viagem com muitos trabalhadores para trabalharem

7 Cf. Carta destinada ao Ilmo. Sr. Dr. Mércio Gomes, presidente da Funai, datada de Porto Velho, 22 de abril de 2005, assinada por Jocinaldo Cardoso Miqueleno, Liderança Miqueleno.

na extração da goma elástica, pois na viagem anterior haviam “descoberto ricos seringas” (COSTA MARQUES, 1908, p. 20).

Segundo os relatos, os Waniam/Miqueleno os receberam com festividades, reunidos em uma aldeia, no dia 8 de setembro de 1882. Em meio à festa, entretanto, os Waniam/Miqueleno mataram todos da expedição de Estevam, exceto o vigia das embarcações, que conseguiu fugir e dar a notícia a Balbino Antunes Maciel.

Balbino Antunes Maciel só conseguiu estabelecer novas relações com os Waniam/Miqueleno 15 anos depois desse fato. Foi quando se instalaram relações de produção entre os Waniam/Miqueleno e a empresa extrativista.

O povo Waniam/Miqueleno foi considerado “extinto” pela Funai e por muito tempo seus integrantes foram considerados “caboclos” ou “seringueiros” do tempo de Balbino Maciel. No entanto, contrariando as interpretações evolucionistas, eles têm se organizado politicamente em torno da identidade indígena, reivindicando uma identidade étnica distinta da classificação regional empregada pelas antigas empresas extrativistas.

O povo Waniam/Miqueleno constituiu uma associação e tem realizado regularmente a Assembleia Anual do Povo Miqueleno. Apesar disso, só obtiveram o reconhecimento formal da Funai em 2004.

Indígenas Waniam/Miqueleno do rio São Miguel (afluente do rio Guaporé) e o povoado quilombola de Santo Antônio do Guaporé, no rio Guaporé, tiveram suas *terras tradicionalmente ocupadas*⁸ intrusadas pela Reserva Biológica do Guaporé, criada pelo decreto n. 87.587, de 20 de setembro de 1982.

Os indígenas e parte das unidades familiares referidas à comunidade quilombola foram deslocados compulsoriamente de suas terras. Atualmente os dois grupos étnicos estão com processos de reconhecimento territorial.

Assim, posso me referir aos chamados “quilombolas do vale do Guaporé”, cuja designação envolve uma série de povoados.

8 As terras tradicionalmente ocupadas “expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza” (ALMEIDA, 2006, p. 22).

Em Rondônia, na região fronteira com Mato Grosso e com a Bolívia, posso citar os povoados de Santa Fé e Forte Príncipe da Beira – município de Costa Marques –, Santo Antônio e Pedras Negras – município de São Francisco do Guaporé –, Jesus – município de São Miguel do Guaporé –, Laranjeiras – município de Pimenteiras do Oeste – e Rolim de Moura do Guaporé – município de Alta Floresta d'Oeste.

OS QUILOMBOLAS DE FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA

O avanço da colonização portuguesa e as iniciativas de militarização da fronteira resultaram na política de fortificação do Guaporé. A ocupação da porção mais a oeste no território foi conflitiva, com registros de conflitos armados entre portugueses e espanhóis. Índios e negros eram utilizados para combater o vizinho. O ofício datado de 31 de maio de 1763, assinado pelo governador da capitania de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura Tavares, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, relata o ataque castelhano no rio Guaporé, em 14 de abril de 1763.

Em meados do século XVIII, o governador Antônio Rolim de Moura Tavares instala o Forte de Nossa Senhora da Conceição, no lado direito do rio Guaporé. De acordo com Pinto (1989), o forte foi reconstruído depois que ficou seriamente destruído devido uma grande cheia.

Segundo Sousa (1885), em 1768 o Forte de Nossa Senhora da Conceição passa a se chamar Forte de Bragança e em 1776 já se encontrava em ruínas. Com a necessidade de construção de um novo forte, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres é instruído a procurar um novo lugar para a fortificação, protegido das intempéries da natureza.

No dia 20 de junho de 1776, o governador Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres assentou a primeira pedra da fundação da nova fortaleza, denominada de Forte Príncipe da Beira, que ficou pronta em 1783. A fortaleza situa-se

na margem oriental do rio Guaporé, pouco acima da arruinada Fortaleza da Conceição, em um sítio levantado e sólido, que já nas primeiras viagens no ano de 1774 havia aprovado, com parecer do adjunto engenheiro Domingos Sambucetti (*Anal de Vila Bela de 1776*, apud AMADO e ANZAI, 2006, p. 51).

Em documento assinado pela Associação Quilombola Forte Príncipe da Beira – ASQFORTE –, narra que o engenheiro “Sambucetti chega ao local selecionado em abril de 1775, instalando-se nas casas que foram da preta Ana Moreira, que descreve como mal cobertas e escuras, por falta de janelas como costumam ser as casas dos pretos” (ASQFORTE, s.d., p. 2). O novo forte foi construído há 2 quilômetros a montante do Forte de Bragança.

Os *Anais de Vila Bela*, coligidos por Amado e Anzai (2006), evidenciam a marcante presença de escravos negros e de indígenas, seja nas construções das fortificações, seja nas suas guarnições. Os anais referem-se a escravos negros que foram enviados para a construção, como evidencia o *Anal de Vila Bela de 1776*. Vinte dos escravos enviados morreram na viagem pelo rio Amazonas.

O *Anal de 1779*, apresentado pelo vereador Francisco de Bastos Ferreira, narra o seguinte: “chegou, em 13 de novembro do Rio de Janeiro, um soldado dragão desta praça, com seis escravos pedreiros, mandados comprar pela Fazenda Real para as obras do Forte Príncipe da Beira” (*Anal de Vila Bela de 1779*, apud AMADO e ANZAI, 2006, p. 221).

Pinto (1989) descreve que em uma ocasião o governador da capitania de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura Tavares, organizou um ataque contra os espanhóis com 30 soldados e mais 70 escravos e índios. Esse ataque foi direcionado para atacar de surpresa a missão jesuíta de São Miguel de Baures. Tal participação passou a ser compulsoriamente estabelecida pela Companhia dos Pardos, Índios e Pretos.

A movimentação militar, a perseguição os quilombos e o abandono da região pelos “bandeirantes” devido à decadência das minas ocasionaram o espraiamento do domínio negro no vale do Guaporé. Pode-se dizer que chegaram mesmo a aquilombar áreas circunvizinhas das fortificações militares, como indica a notícia de que, nas proximidades do Forte Príncipe da Beira, havia quilombos e quilombolas. Em 1778 foram trazidos a Vila Bela alguns índios encontrados em um quilombo no distrito do referido forte.

Mesmo com o fim do Forte de Bragança, antigo Forte de Nossa Senhora da Conceição, permaneceram residindo ali antigos escravos, quilombolas, africanos livres e indígenas da região. Segundo informações da ASQFORTE, existiam várias unidades familiares negras nas proximidades das antigas fortificações, como a da localidade de Lamego. O poder colonial impôs políticas de ocupação, trabalho escravo e militar, que ocasionaram o surgimento de novas coletividades.

Com o abandono do Forte Príncipe da Beira, após o ato de Independência do Brasil, em 1824, segundo Matias Mendes, o forte já se encontrava em ruínas, sem a conservação adequada. Tais observações podem ser constatadas no livro *Nas selvas amazônicas*, de Manoel Rodrigues Ferreira (1961, p. 232), que escreveu o seguinte:

Em 1824, recaiu um velho miliciano, José Francisco da Cunha, que, desde muito, morava com sua família junto ao Forte. Era um homem de cor e quase analfabeto: não lhe faltavam, porém, zelo pelo serviço e conhecimento do estado das coisas, como se vê dos seguintes trechos da sua toska correspondência, que patenteia o mísero estado do Forte (apud MENDES, 1999, p. 87).

Segundo Mendes, Ferreira escreve na página seguinte que, com a morte do “velho miliciano negro”, seu filho o sucedeu no comando como capitão de milícias.

De acordo com Garrido (1940), Cândido Mariano da Silva Rondon (marechal Rondon) visitou as ruínas do Forte Príncipe da Beira em 1914. Uma nova excursão ao forte pelo Exército brasileiro só ocorreu em 1930.

Os militares se estabelecem no Forte Príncipe da Beira em 1932, ao lado da fortaleza com o mesmo nome, instalando o Contingente Especial de Fronteira de Forte Príncipe da Beira. Em 1954, mudaria para 7º Pelotão de Fronteira e em 1977, para 3º Pelotão Especial de Fronteira, subordinado ao 6º Batalhão Especial de Fronteira. Atualmente, encontra-se no forte o 1º Pelotão de Fuzileiros de Selva Destacado, sob a jurisdição do 6º Batalhão de Infantaria de Selva, vinculado à 17ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada em Porto Velho.

No entanto, a área já estava habitada. As famílias que residiam eram descendentes dos escravos negros e indígenas que trabalharam na construção da fortaleza. A ocupação da área abrangia até a antiga Fortaleza de Conceição (Forte de Bragança), onde, segundo dizem os quilombolas, “só existiam negros”. Nesse lugar, lembra Mendes (1999), viveu o mestre Anacleto, um líder negro local.

Segundo dona Francisca da Glória, “lá em Conceição era assim, tinha muita gente, assim [...]; olha, o Matias é preto. O pai dele era mais preto do que ele. Aquela turma na casa do compadre. Acho que tinha bem uns dez, fora as mulheres, tinha muita gente, tudo preto como nós. Não tinha esse negócio de branquidade”.⁹

Com a implantação das instalações militares, tanto as famílias que residiam no lugar do antigo Forte de Conceição quanto as que residiam nas proximidades do Forte Príncipe da Beira passaram a ser constrangidas e pressionadas a deixarem suas *terras tradicionalmente ocupadas*.

Como parte das instalações militares, foi trazido gado bovino, que frequentemente destruía as plantações e as áreas das chamadas roças, levando as famílias a se concentrarem ao lado do Forte Príncipe da Beira. Segundo dona Francisca da Glória,

9 Depoimento cedido na oficina de mapas durante os dias 16, 17 e 18 de julho de 2011, na comunidade quilombola do Forte Príncipe da Beira, Costa Marques, Rondônia.

10 Depoimento cedido na oficina de mapas durante os dias 16, 17 e 18 de julho de 2011, na comunidade quilombola do Forte Príncipe da Beira, Costa Marques, Rondônia.

11 Tamanho correspondente ao distrito do Forte Príncipe da Beira.

12 As oficinas de mapas realizadas são reuniões organizadas pelos próprios agentes sociais com a finalidade de elaborar seus respectivos croquis. Durante essas reuniões são coletados depoimentos e construídos croquis, ambos coletivamente. As informações contidas nos mapas são aquelas de interesse dos próprios agentes sociais e atendem a reivindicações do presente. Tais oficinas objetivam a publicação de fascículos no âmbito do PNCSA, que visam tornar público processos de autodefinição de identidades coletivas, objetivadas em movimentos sociais. Tais mobilizações referem-se a processos étnicos e culturais que explicitam relações sociais, dentre as quais, conflitos, formas religiosas, formas de produção, aspectos culturais, uso dos recursos naturais e formas de apropriação territorial.

13 Os mapas situacionais dos quilombolas do Forte Príncipe da Beira foram construídos a partir de oficinas de mapas realizadas no âmbito do PNCSA. →

o caso de lá foi o seguinte, não foi nada de formiga [...], a gente fazia assim, uma comunidade, um ajudava o outro, o outro ajudava o outro, assim ia trabalhando na roça. O pessoal lá era muito unido, muito bacana, graças a Deus. O gado destruía tudo [...], era do Batalhão, que ninguém podia dar parte, era deles mesmo, aí pronto, foi saindo, foi saindo.¹⁰

Muitas famílias que residiam na área do antigo Forte de Conceição passaram a residir no entorno do Forte Príncipe da Beira. E nas últimas décadas as famílias quilombolas têm sofrido constantes pressões, para que saiam da área pretendida pelos militares, com mais de 20 mil hectares.

A área pretendida pela comunidade quilombola do Forte Príncipe da Beira abrange a extensão de 20.108 hectares.¹¹ Tal reivindicação territorial refere-se aos antigos sítios e colocações de seringa, áreas de roçado, pesca, entre outros sítios históricos, como o próprio local da antiga Fortaleza de Conceição e do Forte Príncipe da Beira. Ambos considerados patrimônios da comunidade.

QUILOMBOLAS E MILITARES

Os atos de violência e intrusão das *terras tradicionalmente ocupadas* referidas aos quilombolas têm ocasionado tensões sociais agudas. Em 2010, a Associação Quilombola Forte Príncipe da Beira – ASQFORTE – solicitou ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA – a realização de uma oficina de mapas,¹² a fim de produzir seus respectivos mapas situacionais.¹³ A oficina foi realizada durante os dias 16, 17 e 18 de julho de 2011.¹⁴

Os croquis elaborados pelos quilombolas objetivam um território étnico destacando lugares de conflitos e casas de famílias deslocadas pelo Exército, plantio comunitário, áreas agriculturáveis, portos e estradas de acesso, áreas dos antigos

seringais, de caça e pesca, como também os sítios históricos como as ruínas do antigo Forte de Conceição e Forte Príncipe da Beira.

As *territorialidades específicas* objetivadas no mapa entrelaçam situações do presente com fatos históricos. Sejam as medidas institucionais da colonização portuguesa, seja o trabalho nos seringais durante as décadas de intensa produção da borracha, tais iniciativas ocasionaram a reorganização de novas coletividades.

Os *processos diferenciados de territorialização* permitiram a circulação de pessoas e bens culturais, como exemplifica o senhor Salém: “Sou da comunidade de Santa Fé, meu pai me trouxe pra cá porque aqui é o único lugar, trabalhava na seringa, roça, castanha, pesca, chegamos aqui em 74, até hoje nós estamos aqui”.¹⁵ Tais trajetórias podem estar ainda apoiadas por relações de parentesco e compadrio.

O período relacionado à exploração da borracha reorganizou os espaços e as unidades residenciais, movimentando as unidades familiares ao longo do rio Guaporé, ocasionando o surgimento de novos núcleos habitacionais.

As famílias quilombolas trabalhavam tanto no lado brasileiro quanto no lado boliviano, tais práticas e relações remetem diretamente às relações estabelecidas ainda no período escravocrata colonial, quando o território espanhol representava a consolidação da ruptura com o sistema escravocrata.

Nas últimas décadas, tem se registrado o aumento das pressões e dos atos de violência contra a comunidade quilombola do Forte Príncipe da Beira. Tais pressões e atos de violência têm sido empregados pelo Exército brasileiro. Esses relatos foram obtidos a partir de depoimentos durante a oficina de mapas, de entrevistas e de documentos emitidos pela ASQFORTE.

Nos anos que se seguiram à instalação do aquartelamento do Exército e à intrusão das *terras tradicionalmente ocupadas* da comunidade quilombola do Forte Príncipe da Beira, posso

→ 13 Segundo Almeida et al., os mapas situacionais “remetem a ocorrências concretas de conflito em regiões já delimitadas com relativa precisão e objetivaria delimitar territorialidades específicas, propiciando condições para uma descrição mais pormenorizada dos elementos considerados relevantes pelos agentes sociais em pauta para figurar na base cartográfica” (2005, p. 101).

14 No entanto, já havia realizado trabalho de campo em outubro de 2008, julho de 2009, junto aos quilombolas; na ocasião realizamos duas reuniões e diversas entrevistas sobre os conflitos ocasionados pelos atos de violência e intrusão.

15 Depoimento cedido na oficina de mapas durante os dias 16, 17 e 18 de julho de 2011, na comunidade quilombola do Forte Príncipe da Beira, Costa Marques, Rondônia.

destacar, então, uma série de atos de violência de acordo com o senhor Elvis Pessoa, presidente da ASQFORTE, em entrevista realizada dia 21 de julho de 2011:

– As unidades familiares têm sido impedidas de praticarem as atividades agrícolas, como o plantio de roças. Em 2008, os senhores Antônio e Raimundo foram presos por estarem fazendo roça. Em 2009, a partir de um acordo com a Emater, a ASQFORTE solicitou um trator para arar a terra, evitando queimá-la, no entanto o referido trator foi apreendido pelo Exército.

– A atividade de pesca tem sido exercida sob o rígido controle do Exército, que institui normas próprias de fiscalização, inclusive sobre o pescado obtido para consumo. O Exército pressiona os pescadores a passarem no pelotão para avisar que realizarão atividades de pesca, informando o que levam, para onde vão e quando vão voltar. O Exército tem proibido o embarque e desembarque utilizando veículos no porto utilizado pelas famílias quilombolas. Em 2006, os militares entraram na casa de um pescador e retiraram o peixe de dentro do freezer, prenderam o pescador e o levaram para o Ibama. Em 2007 aconteceram mais três casos semelhantes.

– Os militares passaram a exigir a apresentação de um documento com foto, para que as pessoas tivessem acesso à Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio General Sampaio, inclusive os pais de alunos e professores. A escola foi cercada pelo aquartelamento, assim como a quadra da comunidade.¹⁶ No dia 28 de fevereiro de 2011, o professor Carlos foi retirado da sala de aula por solicitação dos militares armados diante dos estudantes. O professor Carlos já havia se identificado e não quis se identificar pela segunda vez, dirigindo-se à sala de aula, de onde foi retirado. A senhora Cristiane, moradora da comunidade, ao entrar na escola para participar de uma reunião, foi humilhada e ameaçada pelos militares.

De acordo com o ofício n. 013/FACQVALE/2011, direcionado ao procurador da República em Ji-Paraná, foram feitas as seguintes denúncias contra o Exército:

16 Segundo a Ata da reunião, realizada em 1º de março de 2012, com a comunidade e os servidores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio General Sampaio, “a comunidade e servidores estaduais que atuam na escola, bem como os alunos, vêm sofrendo constantes constrangimentos”.

Ainda sobre o Exército, continua o desconforto dos servidores da educação, alunos e pais em entrarem na Escola e na quadra de esporte para brincarem, todos têm que se identificar, não importa quantas vezes for e ainda são humilhados e ameaçados se não apresentarem a identificação e vale salientar que todos estes procedimentos têm todo apoio dos comandos superiores, que inclusive o coronel Rui Vaz Barbosa CMT do Batalhão de Guajará Mirim em reunião na Comunidade já avisou que continua tudo igual, inclusive proibindo a reforma e melhoria nas casas, mas eles podem tudo, inclusive continuam retirando madeira ilegalmente da área, já que em anos anteriores foram retiradas milhares de metros cúbicos de madeiras serradas e enviadas a Guajará Mirim para a construção de Casas aos militares, com a conivência do Ibama e agora novamente foi retomado, com uma diferença, outrora era um sargento quem executava o serviço, mais como ele foi para a reserva, o Comandante do 1º PEF, Ten. Marx Farias, resolveu acertar com um serrador de fora da comunidade para executar o serviço e quando estão prontas, puxam com um trator até a beira da pista do aeroporto, depois transportam com o caminhão, todos do Exército e depois a maioria da madeira serrada é enviada para Guajará Mirim, segue um DVD onde esta sendo serrada a madeira.

Coligindo a documentação disponível, foi possível constatar a tentativa de deslocamento compulsório da comunidade quilombola do Forte Príncipe da Beira. Tal acordo envolve a Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Rondônia, o Exército e a Prefeitura de Costa Marques, já na gestão da senhora Jaqueline Ferreira Góis. Segundo o ofício n. 201/2010/GEB/SPU/RO, assinado pelo senhor Antônio Roberto dos S. Ferreira, superintendente do Patrimônio da União/RO, foi realizada uma reunião no dia 17 de março de 2010, em que se acordou a “realocação das famílias que se encontra em área próxima ao Pelotão do Exército e que impede o crescimento daquela unidade militar”; contudo, ainda segundo o documento, solicita que “a prefeitura encaminhe pedido de indicando a área [sic]”.

Segundo o ofício n. 023/ASQFORTE/2010, assinado pelo senhor Elvis Pessoa, presidente da ASQFORTE, considera o referido acordo acima citado como uma ameaça à comunidade. Conforme o documento, os quilombolas não aceitaram nenhum tipo de acordo, considerando todas as propostas como prejudiciais à comunidade. De acordo com o presidente, em entrevista realizada dia 21 de julho de 2011, todas as propostas objetivavam uma drástica redução das *terras tradicionalmente ocupadas*.

As unidades familiares têm sido constantemente ameaçadas pelos militares, essas famílias quilombolas têm sido designadas como “invasores” e “traficantes”. Tais léxicos são utilizados recorrentemente em reuniões organizadas pelos militares.

No entanto, em documentos oficiais encontraremos a designação “ocupações irregulares”, como consta no ofício n.04– D Patr-S1, assinado pelo general de brigada, Wagner Oliveira Gonçalves, diretor de Patrimônio. Segundo o referido documento, “foram identificadas cerca de 70 ocupações irregulares na área do Forte Príncipe da Beira – 1ªPelFuzSIDst”.

Entretanto, o documento reconhece que “as ocupações irregulares são em sua maioria casas construídas há muito tempo. Aparentemente os ocupantes irregulares estão agrupados em famílias de baixa renda”. De acordo com o documento, “a solução que se apresenta como possível para o Forte Príncipe da Beira é a realocação dos ocupantes”, afirmando que é para “a melhoria das condições da comunidade local”.

O que o referido documento tem designado como “ocupantes ilegais” trata-se de uma comunidade quilombola oficialmente reconhecida, segundo o artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT–, da Constituição Federal de 1988. Observa-se uma tentativa de despolitização da questão quilombola. A ASQFORTE tem se manifestado contra a realocação.

Segundo Almeida,

tem-se, portanto, um léxico peculiar composto de eufemismos – que abrandam o sentido coercitivo das medidas de deslocamento e que buscam, em última análise, torná-las um procedimento naturalizado, tais como “transferência” – e de termos de sentido direto, sem perífrases. Com toda certeza, estes termos não são transitivos, nem podem ser acionados segundo uma simples sinonímia, já que sua utilização varia segundo a destinação preconizada e a modalidade de intervenção dos diferentes órgãos responsáveis (1996, p. 33).

Em 27 de março de 2008, o senhor Manoel Marculino da Silva foi expulso pelos militares do 1º Pelotão de Fuzileiros de Selva Destacado. Em seguida sua casa foi incendiada. Segundo seu Manoel, ele estava organizando um puxirão, para tanto, por ser o “dono do trabalho”, ele seria o responsável por prover a alimentação, como forma de garantir “o dia”, ou seja, o trabalho realizado durante o dia de trabalho. Nesse sentido, o senhor Manoel necessitou pescar e caçar o suficiente para manter os trabalhadores.

Essa forma de cooperação simples foi largamente estudada, um dos mais famosos é o estudo do sociólogo Clovis Caldeira, que compilou dados referentes a todas as regiões do Brasil, além de destacar as influências africanas, indígenas e portuguesas. Considerado um “clássico” brasileiro, o livro *Mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural* (1956), de Clovis Caldeira, analisa as relações que envolvem as práticas de cooperação simples. Segundo o autor, tais práticas podem possuir as seguintes características: pessoal ou coletiva.

Para a primeira situação, podem ser realizadas ajudas em situações como casos de morte, doença, partos, casamentos, batizados, acidentes de trabalho, sendo estes os mais comuns.

Na sua segunda característica, com relação a interesses coletivos, podem ocorrer formas de ajuda em “derrubadas, roçadas, encoivramento, queimas, semeaduras, limpas, colheitas,

barramento ou cobertura de casas” (CALDEIRA, 1956, p. 30), ou então a obras de interesse geral, como construção ou conserto de estradas, limpeza de córregos de serventia pública, ou em atos religiosos ou recreativos.

No entanto, o autor coloca que essas relações de solidariedade podem se manifestar de duas formas: a primeira seria a “solicitada” e a segunda seria a “espontânea”, sendo esta última menos comum segundo Caldeira. No caso do puxirão do senhor Manoel, penso ser a primeira forma a acertada.

Um dos argumentos utilizados pelos militares para o deslocamento compulsório da família do senhor Manoel é que estaria com caça ilegal em sua propriedade, segundo informou o próprio senhor Manoel. Contudo, como pude explicar, tal carne seria utilizada na realização de um puxirão.

A intrusão das *terras tradicionalmente ocupadas* pelo Exército, as pressões e os atos de violência têm impedido a ocupação plena do território quilombola, como a realização das práticas agrícolas, da pesca, o acesso à educação e à saúde sem constrangimentos. Tal situação social de conflito ocasionou a judicialização da reivindicação territorial dos quilombolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas novas coletividades aquilombaram o vale do Guaporé, constituindo territorialidades específicas, ou seja, “territórios etnicamente configurados” (ALMEIDA, 2006, p. 25). Essas povoações negras, atualmente autodefinidas “comunidades remanescentes de quilombo”, encontram-se organizadas em associações e em uma federação de associações, como a Federação das Associações Comunitárias e Quilombolas do Vale do Guaporé – FACQVALE –, fundada em 2 de fevereiro de 2008.

A Associação Quilombola Forte Príncipe da Beira – ASQFORTE – representa, especificamente, os quilombolas da comunidade quilombola do Forte Príncipe da Beira, reconhecida

formalmente pela Fundação Cultural Palmares através da portaria n. 06, de 1º de março de 2004.

Boaventura de Sousa Santos (2008) tem chamado a atenção para o contexto “latino-americano”, referente à *tribunalização* desses conflitos sociais. Ele designa esses episódios como *judicialização da política*, referindo-se à pluralidade de situações sociais que tem se apresentado diante dos tribunais, tais como a demarcação do território indígena Raposa Serra do Sol, a regularização dos territórios quilombolas e as políticas afirmativas. Santos refere-se a um “período alto de judicialização política”. Segundo o autor, os tribunais são acionados na medida em que o “sistema político em sentido estrito (congresso e governo) não quer ou não pode resolver” (SANTOS, 2008, p. A3).

De acordo com Bourdieu, é como “instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumento de imposição ou de legitimação da dominação” (2002, p. 11). Pude verificar depoimentos que relatam formas de violência física (invasão de casas e expulsão de famílias) e violência simbólica, ou seja, práticas e normas impositivas com a finalidade de constranger e impor uma forma de dominação.

Dessa forma, foi instaurado pela Procuradoria da República no município de Ji-Paraná (RO), o Inquérito Civil Público – ICP – n. 1.31.001.000262/2010-12. O referido inquérito tem por objetivo apurar controvérsias entre o Exército brasileiro e a comunidade quilombola de Forte Príncipe da Beira. Assim, foram autuados a Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Rondônia, o Comando do Exército em Rondônia, o Incra-RO e a Seppir.

A *judicialização da política* explicita a falta de iniciativa do Estado para tratar os casos de conflito envolvendo a segurança de direitos territoriais coletivos. A decisão fica a cargo dos tribunais. Caso emblemático do momento atual é a judicialização do decreto n. 4.887/2003 e o seu julgamento no Supremo Tribunal

Federal.

Esse momento de tribunalização, em que os agentes sociais efetivamente participam do processo acionando os procuradores do Ministério Público Federal e os tribunais, representa um novo momento no relacionamento com o Estado. Essa relação tem se tornado um instrumento recorrente na busca de solução de conflitos envolvendo direitos territoriais coletivos.

Por fim, a tribunalização avulta a politização dos elementos históricos e da história coletiva do grupo. As entidades representativas do grupo passam a demandar e a elaborar documentos, objetivando torná-los públicos. Tais documentos pretendem esclarecer a trajetória histórica do grupo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. *Travessia*, São Paulo, Centro de Estudos Migratórios – CEM, ano IX, n. 25, p. 30-35, 1996.

_____. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PPGSCA–Ufam, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SHIRAISHI NETO, Joaquim; MARTINS, Cynthia Carvalho. *Guerra ecológica nos babaçuais: o processo de devastação dos palmerais, a elevação do preço de commodities e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia*. Manaus: FUA, 2005.

AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli. *Anais de Vila Bela (1734-1789)*. Cuiabá: Carlini e Caniato, EdUFMT, 2006.

BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. *Caderno de Campo*, n. 3, p. 107-131, 1993.

BARTH, Friedrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, p. 25-68.

- BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. O valle do Amazonas: estudo sobre a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões fiscaes do valle do Amazonas. Rio de Janeiro: B. L. Carner, Livreiro Editor, 1866.
- BOUDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 7-16.
- CALDEIRA, Clovis. *Mutirão*: formas de ajuda mútua no meio rural. São Paulo: Brasiliiana, 1956.
- CHANCELÊ, E. La question coloniale. *Critique*, n. 35, 1949.
- CORREA FILHO, Virgílio. O poaieiro. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XI, n. 1, jan.-mar. 1949.
- COSTA MARQUES, Manoel Espiridião. *Região ocidental de Matto Grosso*: viagem e estudos sobre o valle do Baixo Guaporé da cidade de Matto Grosso ao Forte do Príncipe da Beira. Rio de Janeiro: Typ. e Pap. Hildebrandt, 1908.
- GARRIDO, Carlos Miguez. Fortificações do Brasil. In: *Subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940, vol. III, separata.
- GUERRA, Antônio Teixeira. Observações geográficas sobre o Território do Guaporé. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XV, n. 2, abr.-jun. 1953.
- MENDES, Matias. *Apologia da negritude*. São Paulo: Scortecci, 1999.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João P. de (Org.). *A viagem da volta*: etnicidade, política e reelaboração cultural do Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.
- PINTO, Emanuel Pontes. *Real Forte Príncipe da Beira*: símbolo da conquista e dominação no vale do Guaporé. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.
- ROQUETTE-PINTO, E. *Rondônia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Bifurcação da Justiça. *Folha de S.Paulo*, p.A3, 10 jun. 2008, Opinião.

SOUSA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brazil. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico e Etnográfico do Brazil*, Rio de Janeiro, t. XLVIII, parte II, p. 5-140, 1885.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. *Campesinato negro de Santo Antônio do Guaporé: identidade e sustentabilidade*. 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – Naea, Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém.

EMMANUEL DE ALMEIDA FARIAS JÚNIOR – Doutorando em Antropologia Social, PPGAS/Ufama e pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, PNCSA/UEA, <emmanueljunior61@yahoo.com.br>.